


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001564-09.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Habilitação de Crédito - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Tp Transportes Ltda Me**
 Requerido: **Rei Frango Abatedouro Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

TP TRANSPORTES LTDA ME declarou crédito nos autos da Recuperação Judicial de **REI FRANGO ABATEDOURO LTDA**.

A recuperanda não concordou com o pedido, alegando que o crédito foi constituído posteriormente ao pedido de recuperação judicial não estando, portanto, sujeito ao procedimento.

O Ministério Público requereu o acolhimento da impugnação e a rejeição do pedido de habilitação.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Cuida-se de crédito constituído posteriormente ao requerimento e, também, ao deferimento da recuperação judicial da devedora, bem por isso não sujeito a seus efeitos.

Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. Assim dispõe o artigo 49, *caput*, da Lei 11.101/2005. Os créditos posteriores não ficam sujeitos a ela.

No caso em exame, a dívida decorre de condenação judicial, proferida após o processamento e deferimento da Recuperação Judicial, pelo que a ela não está sujeita.

Pondere-se que tanto “o fato” (processo judicial), quanto a sentença proferida (condenação que definiu o crédito) são posteriores ao processo de recuperação judicial.

Diante do exposto, **rejeito a habilitação.**

P.R.I.C.

São Carlos, 22 de março de 2016.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**